

JULIANO TARDIVO BOLDORINI

**A INDUSTRIALIZAÇÃO PAULISTA E SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA
CAFEEIRA ATÉ 1930**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia no curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador Prof^ª. Françoise Iatski de Lima

CURITIBA

2005

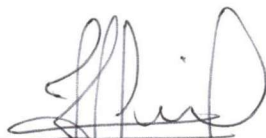
TERMO DE APROVAÇÃO

JULIANO TARDIVO BOLDORINI

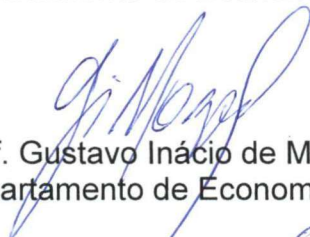
A INDUSTRIALIZAÇÃO PAULISTA E SUA RELAÇÃO COM A ECONOMIA CAFEEIRA ATÉ 1930

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:



Prof.^a Françoise Iatski da Lima
Departamento de Economia, UFPR



Prof. Gustavo Inácio de Moraes
Departamento de Economia, UFPR



Prof.^a Dayani Cris de Aquino
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 25 de novembro de 2005

Aos meus pais, Paulo e Ida – pelo amor e paciência
ao meu irmão, Marcelo – pela apoio e pressão
aos meus tios Paulo e Tânia – pela força e compreensão

AGRADECIMENTOS

A Deus, senhor de tudo que existe, do tempo e da historia, fonte de saber, a ti o meus mais sincero agradecimento.

A minha Professora Françoise, que me cobrou e me ajudou, mesmo quando eu não tinha tempo de me dedicar mais a este trabalho, agradeço muito, muito mesmo.

Aos meus amigos, que sempre estiveram comigo, com incentivos, palavra amigas e duras, em todos os dias bons e ruins, em que precisei de uma gargalhada ou uma palavra amiga, lá estavam eles.

Aos meus amigos de sempre, os que estão distantes, mas que moram no meu Coração, agradeço muito pela cumplicidade nas minhas derrotas e nas vitórias.

Aos familiares mais próximos que contribuíram na minha caminhada durante estes anos em que passei na universidade e suportaram todas as minhas angústias e alegrias, o meu agradecimento.

Aqueles que oram para que tudo se encaminhe em minha vida, torceram mais do que eu por mais esta etapa que se encerra em minha vida, os meus avós Gildo Tardivo e Helena Sanches Tardivo, amo muito vocês.

E aos meus mestres.

A dificuldade não reside nas idéias novas, senão em fugir às antigas, que se insinuam pelos escaninhos do entendimento daqueles que, como quase todos nós, receberam a mesma formação.

Lord Keynes

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	vi
INTRODUÇÃO.....	1
1 AS ORIGENS DO CAPITALISMO RETARDATÁRIO NO BRASIL.....	3
1.1 DA ECONOMIA COLONIAL PARA A ECONOMIA EXPORTADORA.....	3
1.2 A PASSAGEM DA ECONOMIA COLONIAL À ECONOMIA EXPORTADORA CAPITALISTA NO BRASIL.....	8
2 FIM DO REGIME ESCRAVOCRATA E IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA.....	11
2.1 FIM DO REGIME ESCRAVOCRATA.....	11
2.2 IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA PARA SÃO PAULO.....	15
3 PRODUÇÃO CAFEEIRA EM SÃO PAULO.....	19
3.1 CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO EM SÃO PAULO.....	19
3.2 POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE APOIO À ECONOMIA CAFEEIRA.....	22
4 O SETOR INDUSTRIAL.....	26
4.1 ATIVIDADE AGRO-EXPORTADORA.....	26
4.2 CRESCIMENTO DO SETOR INDUSTRIAL.....	30
CONCLUSÃO.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	-	BRASIL E SÃO PAULO: NÚMERO DE IMIGRANTES, 1884-1920.....	17
TABELA 2	-	BRASIL: PRODUÇÃO TOTAL DE CAFÉ E PARTICIPAÇÃO DE RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO, 1884-1889 (QUANTIDADE EM 1000 SACAS DE 60 KG).....	20
TABELA 3	-	BRASIL: PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS NO VALOR DAS EXPORTAÇÕES, 1889-1929 (EM PORCENTAGENS).....	30

RESUMO

A implantação da indústria de base no Brasil, mais precisamente em São Paulo passou por um período de maturação relativamente curto se comparado a outros setores ou outros países, atrasada sim, mas um período de maturação em torno de oitenta anos e de efetivação no país de pouco menos de cinquenta anos destes oitenta citados acima, um período que começa a se fortalecer na década de 1880 e principalmente com o fim da escravatura e vai até 1930, teve como alguns fatores principais, a acumulação de capital-dinheiro desde o período colonial e quando as exportações na colônia havia um caráter de obediência à metrópole, até a transição do regime escravocrata para um regime assalariado que viabilizasse uma demanda no país e principalmente como base a isto citado a expansão da economia cafeeira em São Paulo. Durante este período o país precisa rever os métodos de contratação de imigrantes, sua infra-estrutura para escoamento da produção e enfrentar fortes transições antes consideradas como inviáveis. A economia cafeeira veio sem dúvida consolidar o Brasil como um país exportador e o estado de São Paulo como seu maior produtor se tornar a região mais rica e desenvolvida do Brasil no período e se consolida através das políticas de apoio aos cafeicultores, também, como o maior produtor industrial do país.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho será abordado de forma simples o processo de industrialização do Estado de São Paulo de meados do século XIX até os anos de 1930, mais precisamente. Muitas questões sobre o embrião industrial em São Paulo, como, de onde surgiu o capital necessário a industrialização de bens de consumo, por que São Paulo e não outra região brasileira.

Quando realmente se consolida a industria em São Paulo, quem eram os consumidores em um país que acabara de se libertar de uma escravatura de séculos e com uma taxa de desemprego e miséria muito alta, se compararmos com a Europa e EUA no mesmo período. Quem eram os mercados dessa produção de Revolução Industrial atrasada, se bens industriais a Europa e EUA já os produziam em escala muito maior, de uma já segunda Revolução Industrial, com uma industria de bens de capital pesada e estabelecida, que só chegará ao Brasil após os anos de 1930. E principalmente os seus produtores, quem eram estes homens que resolveram investir em outro mercados além da lavoura, pecuária e mineração, com que técnica conseguiram produzir praticamente todos os bens de consumo da época como, roupa, calçados, sabão e muitos outros.

O objetivo deste trabalho é mostrar que a economia cafeeira de exportação, se não só, foi então a principal responsável pela industrialização paulista, não só pelo capital mas também pela mão-de-obra estrangeira com conhecimento técnico para desenvolver esta industria em São Paulo e no Brasil

O café foi o principal responsável pelas transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas no final do século XIX. Foi o café que restabeleceu a economia brasileira nos mercados internacionais, possibilitando o desenvolvimento das relações assalariadas de produção e a acumulação de capital, para ser aplicado na industrialização.

Por fim este trabalho será dividido em quatro partes importantes. A primeira parte tratará das origens do capital no Brasil, o capital retardatário desde a época do

Brasil colônia até a economia cafeeira, a transição do trabalho-escravo da economia colonial para a economia cafeeira. A segunda parte tratará da transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado e suas conseqüências e também a imigração estrangeira européia em massa para o Brasil de meados do século XIX até os anos de 1930. A terceira parte tratará da expansão da economia cafeeira no Brasil e principalmente em São Paulo e os incentivos governamentais a esta economia. E por fim na quarta parte tratarei da industrialização em si. Como o setor agro-exportador ajudou em seu desenvolvimento e o crescimento do setor industrial em São Paulo.

1 AS ORIGENS DO CAPITALISMO RETARDATÁRIO NO BRASIL

O objetivo deste primeiro capítulo será desenvolver um relato sobre as origens do capitalismo no Brasil.

A economia colonial brasileira se mostrava capaz de gerar capital, mas incapaz de se transformar numa economia exportadora capitalista, devido a um vínculo de obrigações com a metrópole, esta economia não produzia nada além dos produtos do comércio internacional e produtos de subsistência da própria colônia.

Neste capítulo será abordado segundo João Manuel Cardoso de Mello, baseado em seus estudos alguns temas de importância relevantes à conclusão deste trabalho como a abordagem da transição da economia colonial para a economia exportadora capitalista; a passagem desta economia colonial até a economia exportadora efetivamente; o principiar da crise da economia colonial e a coordenação da economia mercantil-escravocrata cafeeira nacional; um pouco da dinâmica da economia mercantil-escravocrata cafeeira nacional até a ocasião determinante da crise da economia colonial.

1.1 DA ECONOMIA COLONIAL PARA A ECONOMIA EXPORTADORA

Nesta primeira parte será desenvolvida a interpretação da transição da economia colonial à economia exportadora capitalista e, o mesmo começa por dividir a economia colonial em dois setores interativos: um exportador e um produtor de alimentos.

O primeiro setor, o exportador, produz os produtos coloniais de grande procura no comércio mundial, como o açúcar, tabaco, metais preciosos e outros. Toda esta produção é controlada pelos proprietários dos meios de produção. O trabalhador desta empresa colonial de exportação é baseado na trabalho compulsório, servil ou escravo, **CARDOSO DE MELLO(1982)**.

Segundo **CARDOSO DE MELLO (1982)** o setor produtor de alimentos,

também tem seu trabalho baseado nessas três formas acima citadas e ainda em produtores independentes. Este setor só passa a ser mercantil quando o tempo de trabalho da força de trabalho do setor exportador é direcionado, exclusivamente à produção de mercadorias de exportação. Porém, parte do tempo de trabalho do setor exportador pode ser direcionado na produção de subsistência desaparecendo neste caso, o caráter mercantil do setor produtor de alimentos estando em conjunto com o setor exportador.

Fica bem definido a interação destes dois setores numa citação de um trecho escrito por CARDOSO DE MELLO (1982, p. 37):

A economia colonial define-se, portanto, como altamente especializada e complementar à economia metropolitana. Esta complementaridade se traduz num determinado padrão de comércio: exportam-se produtos coloniais e se importam produtos manufaturados e no caso de economias fundadas na escravidão negra, escravos. Por outro lado, a articulação economia metropolitana-economia colonial a isto não se resume, porque este padrão de comércio se efetiva através do monopólio de comércio exercido pela burguesia comercial metropolitana, do exclusivo metropolitano, como então era chamado.

Segundo o já relatado acima, a economia colonial cumpre o papel de economia de acumulação primitiva de capital. Dever-se-ia estabelecer mecanismos de ajustes de exploração que permitissem a produção de um excedente que se transformava em lucros ao se comercializar a produção no exterior, à criação de mercados para a produção da metrópole e que o lucro gerado na colônia fosse apropriado pela burguesia metropolitana. Deste modo a produção mercantil, comercializável no mercado mundial e que não concorresse com a produção da metrópole.

Um ponto importante citado por CARDOSO DE MELLO (1982) é que a produção colonial era possível por causa da mão-de-obra compulsória, servil e escrava. Ele diz que o desenvolvimento da colônia se daria em muito maior velocidade se as "terras vazias" fossem apropriáveis por colonos, isso aumentaria a produção.

Com a apropriação da terra esses colonos produziram a própria

subsistência e se transformariam em pequenos proprietários e especialmente em posseiros. Neste caso, a produção mercantil em larga escala significava assalariar a sua força de trabalho, o que exigiria que a taxa de salário oferecida fosse elevada para compensar, “aos olhos dos colonos”, a alternativa de auto suficiência. Mas o trabalho compulsório era sem dúvida mais rentável que o trabalho assalariado e ainda existia o tráfico negreiro que além de ter aberto um setor do comércio colonial altamente rentável e servil como poderosa alavanca à acumulação de capitais. CARDOSO DE MELLO (1982).

Finalmente, o monopólio de comércio, metropolitano, era o mecanismo pelo qual o excedente gerado na colônia se transferia à burguesia comercial metropolitana e esta supria os mercados coloniais.

“O movimento próprio da economia colonial foi-lhe retirado pela impossibilidade de acumular autonomamente ao se estabelecerem a apropriação e o controle do excedente pela burguesia comercial metropolitana”. CARDOSO DE MELLO (1982, p. 41).

CARDOSO DE MELLO (1982) ainda propõe uma questão: que tanto a acumulação de capital e sua concentração nas mãos da burguesia comercial metropolitana quanto a criação de mercados coloniais foram fatores essenciais à constituição do capitalismo. Isto impedia o movimento de transição do feudalismo¹ para o capitalismo, abstraindo o papel desempenhado pelas economias coloniais.

O que há, portanto, é uma única totalidade, ou melhor, um único processo, em que o “sentido” e os rumos são determinados pelas contradições que animam as economias metropolitanas. Se economia colonial e economia metropolitana são faces da mesma moeda, segundo CARDOSO DE MELLO (1982), empresa colonial e manufatureira também o são. Na metrópole, a libertação do trabalho, o trabalho

¹ Cardoso de Mello se refere a um modelo parecido ao feudalismo na época colonial brasileira. E não ao feudalismo em si.

assalariado, na colônia, a reinvenção de formas de relações sociais pré-capitalistas. Progresso e, ao mesmo tempo, aparente retrocesso – aparente porque indispensável ao progresso.

Contudo, para CARDOSO DE MELLO (1982), há sim capitalismo na colônia porque há escravidão, e a escravidão é inserida pelo capital e a origem da economia colonial recebe todo o peso que lhe é devido. Há capitalismo, porque o capital comercial envolveu a trajetória da produção, constituindo a empresa colonial. Ficando claro, assim, que o determinante são as articulações entre capitalismo e colonização, o modo de instrumento de acumulação primitiva da economia colonial.

Um dos pontos importante citados por CARDOSO DE MELLO (1982) neste estudo é que, se existe unidade entre desenvolvimento do capitalismo e economia colonial, se a economia colonial representara um estímulo fundamental ao capitalismo no período manufatureiro, o movimento leva à **Revolução Industrial**, ao nascimento do modo especificamente capitalista de produção. A acumulação, poderá “andar sobre seus próprios pés”, deixará de necessitar de apoios externos com o surgimento de forças produtivas capitalistas.

Esta citação, nos leva a entender onde queria chegar, com relação a passagem da economia colonial ao capitalismo industrial, CARDOSO DE MELLO (1982, p. 44):

Este movimento, a passagem ao “capitalismo industrial”, propõe e estimula a liquidação da economia colonial. O que era solidariedade se transforma em oposição, o que era estímulo se converte em grilhão. Economia Colonial e Capitalismo passam a guardar, de agora em diante, relações contraditórias.

CARDOSO DE MELLO (1982) ainda complementa que há contradição entre capitalismo industrial e formas de trabalho compulsório porque se exige, na periferia, generalização das relações mercantis, quer dizer, mercantilização das forças de trabalho. Só o trabalho assalariado poderia significar mercados os mais amplos possíveis e, simultaneamente, produção mercantil complementar em massa.

O capitalismo industrial propõe a formação de uma periferia produtora, em

massa, de produtos primários de exportação, organizando-se a produção em bases capitalistas, quer dizer, mediante trabalho assalariado. É desta periferia que deveriam fazer parte as economias latino-americanas, conjuntamente as demais economias pré-capitalistas.

As exportações criam, nos países atrasados, intensos interesses que aspiram a proteção e privilégios muito maiores do que a simples influência econômica e política pode oferecer: o que mais lhes convém é o domínio completo, pelo Estado, de seu país. Segundo CARDOSO DE MELLO (1982), reversivamente, a luta entre os Estados das potências industriais, isto é, entre os vários capitalismo financeiros nacionais, exprime-se numa competição por anexações territoriais que, entre outras coisas, abram campos específicos de exportação de capitais. Em outras palavras, há uma correspondência biunívoca entre colonialismo monopolista e exportação de capital.

CARDOSO DE MELLO (1982) ainda complementa que na América Latina, entre 1880 e 1900, tanto a extraordinária ativação da exportação de capitais, quanto, em alguns casos, a imigração em massa, foram cruciais ao nascimento das economias exportadoras capitalistas. Não se pode pensar nem em “importação”, nem em “transplante do capitalismo”, uma vez que aquele movimento não se reduz ao movimento das economias industriais: ao contrário, há que partir da dinâmica das economias nacionais latino-americanas e, então, demonstrar de que modo às exportações de capitais e a imigração se “engancham” nela e a transformam “de dentro”.

Há que se adotar a passagem da economia colonial para a economia exportadora capitalista em todo seu enredamento, aceitando o movimento como determinado, em primeira instância, por fatores internos e em última instância, por fatores externos. Entretanto, a menos que nos satisfaçamos com a rogativa de princípio, é preciso não somente explicitá-los, mas, também, demonstrar de que modo se articulam, em cada momento do processo. É o que tentaremos fazer ao

estudarmos a transição tal como se realizou no Brasil.

1.2 A PASSAGEM DA ECONOMIA COLONIAL À ECONOMIA EXPORTADORA CAPITALISTA NO BRASIL

A queda do exclusivismo metropolitano e a seguinte formação do Estado Nacional marcam, incontestavelmente, o início da crise da economia colonial no Brasil.

A economia cafeeira revitalizou o sistema escravista, no entanto agora numa economia diferente, uma economia controlada nacionalmente.

Mas o que está proposto nesta parte, não será estudar a questão da terra, os meios de produção e escravos e sim o capital-dinheiro, indagar, o início da economia mercantil escravista cafeeira em três questões proposta por CARDOSO DE MELLO (1982): A primeira é investigar as origens do capital-dinheiro que a ela se dirigiu. Examinar a existência e a mobilização dos recursos produtivos e ainda considerar o nascimento e o sentido da demanda externa por café, que, em última análise, lhe confere o caráter mercantil.

A questão da formação do capital-dinheiro é um pouco explicada neste trecho de uma citação de CARDOSO DE MELLO (1982, p. 54):

A economia mercantil-escravista cafeeira nacional é obra do capital mercantil nacional, que se viera formado, por assim dizer nos poros da colônia, mas ganhara notável impulso com a queda do monopólio de comércio metropolitano e com o surgimento de um muito embrionário sistema monetário nacional, conseqüências da vinda, para o Brasil, da Família Real, o passo decisivo para a formação do Estado Nacional.

Segundo CARDOSO DE MELLO (1982) está fartamente demonstrado, em primeiro lugar, que inúmeras fazendas de café, certamente as mais significativas, foram organizadas com capitais transferido diretamente do setor mercantil².

Por outro lado, haviam recursos produtivos e pouco utilizados ou mal

² Comércio de mulas, capital agiota urbano, tráfico de escravos, etc.

utilizados nas terras próximas ao Rio de Janeiro e próprias ao café. Mas é fato lembrar e deixar claro que ter o capital por si só não é pré-requisito para podermos compreender, do lado da oferta, a formação da economia cafeeira.

Havia um comércio inter-regional de escravos, mas também as terras usadas na cultura do café eram objeto de propriedade ou posse, então seria necessário, capital-dinheiro para a aquisição destas propriedades.

E o café exige muita mão-de-obra, tanto para o plantio e colheita quanto para a manutenção da planta por quase o ano todo.

Será fixado, agora, no nascimento, segundo CARDOSO DE MELLO (1982), da demanda externa por café. Nas três primeiras décadas do século XIX, o café deixou de ser produto colonial, uma vez que seu consumo se generalizou. Para que isto pudesse ocorrer, os preços internacionais baixaram, em grande parte devido ao crescimento da oferta brasileira

A demanda externa, não foi mero fator independente e inerte, sobre o qual a economia brasileira não teve ação. Pelo contrário, foi a própria oferta brasileira que fez com que a demanda amplie-se numa constante e, ao mesmo tempo, estimule novamente, dentro de certas condições, o crescimento da oferta.

A produção brasileira já em 1830 segundo CARDOSO DE MELLO (1982) se torna a maior do mundo, e o café passa a ser o produto mais exportado do Brasil e América Latina. Neste mesmo período a economia mercantil-escravista cafeeira assume seus traços definitivos: Grande empresa produzindo em larga escala, apoiada no trabalho escravo, e articulada em um sistema comercial-financeiro, controlados, uma e outro, nacionalmente.

Estava, portanto, estabelecida no Brasil, uma economia nacional. O fim do “exclusivismo metropolitano” e, em seguida, com a formação do Estado Nacional criaram a possibilidade de que se nacionalizasse a apropriação do excedente e de que se internalizassem as decisões de investir. O momento do surgimento da economia cafeeira, quer dizer, sua simultaneidade com a Revolução Industrial, a

precocidade do desenvolvimento do capital mercantil nacional e da formação do Estado Nacional e a existência de recursos produtivos, segundo CARDOSO DE MELLO (1982), explicam por que se efetivou esta possibilidade mantendo-se o controle nacional do sistema produtivo.

Fica claro segundo CARDOSO DE MELLO (1982), que no início da crise colonial é também, o momento de constituição da economia mercantil escravista cafeeira nacional. É certo que se revitalizam a escravidão e a produção mercantil, que, no entanto, não é mais colonial; porém esta revitalização se dá em quadro de uma economia nacional.

2 FIM DO REGIME ESCRAVOCRATA E IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA

No capítulo passado foram vistas algumas mudanças ocorridas no sistema mercantil escravista, do regime colonial obediente a metrópole, a um sistema mercantil-cafeeiro nacional com uma dinâmica escravocrata um pouco diferente da colonial.

Neste capítulo será apresentada a transição do regime de trabalho escravo para o trabalho assalariado e suas causas e conseqüências, a proibição do tráfico de escravos e suas conseqüências, o trabalho assalariado, a escassez de mão-de-obra e a imigração estrangeira para São Paulo.

O capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, será abordado o fim do regime escravocrata efetivamente e na segunda parte, a imigração estrangeira para o estado de São Paulo.

2.1 FIM DO REGIME ESCRAVOCRATA

A escravidão no Brasil constituía-se num padrão de vida secularmente estabelecido e caracterizava-se pelo trabalho servil.

Com a acelerada expansão cafeeira, as possibilidades de aumento sobre a base do trabalho escravo eram muito limitadas devido ao fim do tráfico negreiro. Em 1850, pressionado pela Grã-Bretanha, o Brasil foi obrigado a interditar o tráfico internacional de escravos com a adoção da Lei Euzébio de Queiroz³, que marca o início de um processo da abolição da escravatura.

Entretanto, a produção continuava a se apoiar no trabalho escravo, mas a sua compra, devido ao alto custo no preço, não podia assegurar a mão-de-obra necessária à expansão da lavoura cafeeira.

³ Lei que proibiu o tráfico negreiro para o Brasil, mas não pôs fim ao comércio interno.

(<http://www.senado.gov.br/comunica/historia/queiroz.htm>)

Somente em 1888, a escravidão foi abolida mas nem mesmo sua proibição total foi suficiente para assegurar o rápido desenvolvimento do mercado de trabalho e conseqüentemente, acarretar modificações na forma de organização da produção.

Para FURTADO (2001), a transição do trabalho escravo para o trabalho livre é simplesmente resultado da escassez da mão-de-obra escrava em fase da expansão da lavoura cafeeira e tem como conseqüência fundamental a formação de uma economia de mercado interno (marcada pelo desequilíbrio externo), passo decisivo no caminho da industrialização. Já para CARDOSO DE MELLO (1998), o momento crucial é a crise da economia mercantil-escravista e a forma de sua superação: o estabelecimento das estradas de ferro e a mecanização do beneficiamento (produto da Revolução Industrial, portanto, típicos do capitalismo), sob o comando do capital mercantil, estimularam de tal modo a acumulação que se tornou impossível manter o trabalho escravo (já que sua disponibilidade quantitativa não atendia ao impulso da acumulação e sua natureza social impedia significativos aumentos de produtividade que pudessem superar sua insuficiência quantitativa). Neste trecho de citação abaixo ressalta SILVA (1976, p. 80-81):

O trabalho assalariado é o índice de transformações que incluem as estradas de ferro, os bancos, o grande comércio de exportação e importação e, inclusive, uma certa mecanização ao nível das operações de beneficiamento da produção. São essas transformações que fazem da economia cafeeira o centro de uma rápida acumulação de capital baseada no trabalho assalariado. E é como parte integrante dessa acumulação de capital que nasce a Indústria no Brasil.

Essas interpretações ressaltam a importância do crescimento da indústria no Brasil, fator essencial na economia exportadora capitalista, além de marcar as mudanças do século XIX, ligadas à produção cafeeira que desejava o fim do escravismo, por este já não mais atender as aspirações dos fazendeiros quanto a quantidade de escravos, produção e técnicas de melhoria desta.

Para FURTADO (2001, p. 141), a escassez de mão-de-obra, provocada pela abolição da escravatura, não chegou a ter conseqüências graves sobre a utilização dos recursos e não provocou qualquer modificação sensível na distribuição de renda.

E ainda conclui:

Observada a abolição de uma perspectiva ampla, comprova-se que a mesma constitui uma medida de caráter mais político que econômico. A escravidão tinha mais importância como base de um sistema regional de poder do que como forma de organização da produção. Abolido o trabalho escravo, praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição de renda. Sem embargo, havia-se eliminado uma das vigas básicas do sistema de poder formado na época colonial e que, ao perpetuar-se no século XIX, constituía um fator de entorpecimento do país.

No entanto, para FURTADO (2001), a abolição do escravismo foi fruto da ação das “classes dirigentes” do sul do país, interessadas em afastar do poder as velhas classes dirigentes do norte a fim de reorientar a ação do governo no sentido de atender as suas necessidades de apoio do setor público.

Já CARDOSO DE MELLO (1982, p. 87-88) admite que a escravidão podia ser ainda rentável nos anos finais de sua existência, não sendo, portanto, esta a razão de seu desaparecimento. Então,

O trabalho assalariado se tornaria dominante e o Abolicionismo, a princípio um movimento social amparado apenas nas camadas médias urbanas e que fora ganhando para si a adesão das classes proprietárias dos estados não cafeeiros, na medida em que o café passara a drenar para si escravos de outras regiões, recebera, agora, o respaldo do núcleo dominante da economia cafeeira. Abolicionismo e Imigrantismo tornaram-se uma só e mesma coisa.

Nota-se que a interpretação dada a CARDOSO DE MELLO (1982) aproxima-se de FURTADO (2001), atribuindo aspectos dominantes da economia cafeeira o papel decisivo na Abolição do Escravismo.

Na concepção de SILVA (1995, p. 41), as classes dominantes encontraram um meio tão formidável para amortecer o golpe da abolição que, no final das contas, a própria abolição parece não ter em si mesmos efeitos econômicos positivos. Mas, evidentemente os seus representantes políticos não deixaram de culpar os brasileiros livres ou libertados pelos atrasos na passagem ao trabalho assalariado: deputados e dirigentes rurais não se cansavam de denunciar a preguiça, a irresponsabilidade e a indisciplina dos trabalhadores livres da economia escravista brasileira, com os quais

lhe parecia impossível levar adiante um bom negócio e constituir o mercado de trabalho que tanto desejavam.

Para GREMAUD *et al* (1997, p. 34), a classe média, crescente nos centros urbanos a partir de meados do século XIX, engajou-se no movimento abolicionista e passou a orienta-lo no sentido de crescente integração com os atos de rebeldia escrava. Esta, existente desde cedo, manifestava-se principalmente pela formação de quilombos que, embora à margem da economia escravista, mantinham uma existência estável a partir da atividade agrícola. O crescente vínculo do movimento abolicionista com os escravos das fazendas poderia resultar na formação de quilombos, sem que houvesse o objetivo de transformá-los em formas estáveis de existência. O que se pretendia era forçar a transformação do escravo (ou do conjunto de escravos) em trabalhador livre no próprio plano jurídico. Desse modo, escravos e classe média integraram-se ao processo que conduziu à abolição com atuações específicas:

(...) os escravos rurais constituíram a força principal do processo de liquidação final das relações de produção escravistas, de extinção legal da escravidão e (na medida em que essa etapa preparou a seguinte) da reorganização burguesa do aparelho do Estado. Ou seja, os escravos rurais constituíram a força principal do processo de transformação burguesa do Estado, considerado no seu conjunto. Mas a classe média foi a força dirigente do processo, na medida em que subordinou a revolta escrava – até então voltada para a criação de comunidades isoladas – ao seu objetivo de liquidar o direito escravista, criar um direito burguês e reorganizar, segundo os princípios do burocratismo, o aparelho de Estado. Isso significa que é entre as classes populares (trabalhadoras, não proprietárias) que encontramos, simultaneamente, a força principal e a força dirigente do processo de transformação burguesa do Estado brasileiro. (GREMAUD *et al*, 1997, p. 35)

Torna-se mais fácil entender a participação da classe média no movimento abolicionista, pois o fim do escravismo transformaria todos os trabalhadores livres e iguais conforme a lei, permitindo a verificação da superioridade do trabalhador não-manual na hipótese de competir entre os trabalhadores livres. Portanto, com a derrubada do Império, destruiu-se o direito escravista, dando espaço aos membros da classe média a fim de acabar com o voto censitário, ou seja, não precisaria mais comprovar a renda para poder ser eleito e ainda, ingressar no serviço público no lugar

do apadrinhamento.

Transformações como a abolição do escravismo pretendeu mostrar inúmeras interpretações, permitindo também, estabelecer as bases econômicas e sociais, dando início à História Econômica do período republicano.

2.2 IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA PARA SÃO PAULO

Com o fim do escravismo, a região cafeeira teve conseqüências diversas. A rápida expansão do café e a possibilidade de utilização de terras com a introdução da estrada de ferro, haviam colocado essa agricultura em situação desfavorável.

Ao proclamar a abolição, ocorreu uma grande migração de mão-de-obra em direção às regiões com rápido crescimento, onde se podiam pagar salários melhores. Com a falta de embargo, é exatamente por essa época que iniciou-se a formação da grande corrente migratória européia para São Paulo.

Para FURTADO (2001), a solução alternativa de mão-de-obra sugeria fomentar uma corrente de imigração européia. Já para SILVA (1995), encontrar força de trabalho necessária à rápida expansão de plantações, era uma das preocupações principais dos fazendeiros e grandes comerciantes que não podiam partilhar das ilusões recentes sobre a abundância da mão-de-obra criada pelos modelos econômicos de “oferta ilimitada de mão-de-obra”. Nessas condições, os “pioneiros” do café voltaram-se pouco a pouco para a imigração, vista como o único modo de resolver esse problema crucial.

Na década de 1850, as primeiras experiências estavam baseadas de duas maneiras. A primeira, para arcar com os gastos da viagem e instalações dos trabalhadores imigrados, o fazendeiro obtinha financiamento do Estado. E a segunda baseava-se no comprometimento dos imigrantes em reembolsar o fazendeiro com o seu trabalho futuro, onde eram pagos somente em função da colheita, que era comprada pelo próprio fazendeiro. Esses sistemas conduziram o trabalhador a uma situação próxima à da escravidão e ainda, a incapacidade de provocar uma imigração

massiva, condição essencial para o crescimento rápido das plantações de café.

Como nesta citação de Silva mostra como os fazendeiros estavam necessitados da mão-de-obra estrangeira, obrigados a mudar os regimes de trabalhos impostos anteriormente:

Uma vez que a realidade do paraíso foi conhecida na Europa, a imigração foi travada. Certos governos chegaram até a interditar a imigração para o Brasil. Foram necessários mais de 10 anos para que os fazendeiros de café, obrigados pelas exigências da acumulação de capital, se decidissem abandonar seus métodos pré-capitalistas e oferecer aos trabalhadores condições de trabalho baseadas em contratos salariais, facilitando assim a imigração. (SILVA, 1995, p. 31-32)

Finalmente, o Brasil foi beneficiado por um grande fluxo de imigrantes europeus destinados, principalmente, à lavoura cafeeira. Os trabalhadores italianos vieram, então, em sua esmagadora, maioria povoar em terras paulistas, atraídos por recursos que o governo da Província de São Paulo tomou a responsabilidade para si, como o pagamento das passagens de navio dos imigrantes, além de abrigá-los na “Hospedaria dos Imigrantes” até que fossem contratados por fazendeiros. Além disso, as empresas ferroviárias transportavam gratuitamente os imigrantes até as cidades do interior a que se destinavam.

São Paulo realmente assumiu um papel importante nas transformações ocorridas no período citado:

Em 1885, São Paulo decide não somente financiar a totalidade dos gastos com a imigração, valendo-se, inclusive, de tributação à propriedade de escravos, como, também, contratar a importação de trabalhadores livres juntos a companhias privadas, a principal das quais foi a Sociedade Promotora de Imigração, dirigida pelo Visconde de Parnaíba. Também a União resolve empregar 1/3 dos recursos antes destinados *in tolum* à formação de um fundo de emancipação para subsidiar a imigração. (HALL, 1972, P. 99-100)

Facilmente percebe-se que a imigração concentrou-se fervorosamente em território paulista. São Paulo era o principal produtor de café, seguido por Minas Gerais, Rio de Janeiro e outros Estados, como Bahia.

Os cafezais do Rio de Janeiro apresentavam produtividade em declínio, não havendo razões para novas plantações em terras já cansadas e cuja fertilidade fora

esgotando-se ao longo dos anos.

No entanto, não se verificou uma corrente migratória para a cafeicultura, provavelmente porque o declínio da produtividade e, em consequência, da rentabilidade dificultasse a atração do estrangeiro. Assim, a abolição acabou por obrigar a reorganização da mão-de-obra existente na região, com impacto negativo principalmente por se tratar de uma cultura cuja produtividade se encontrava em declínio, ao contrário da produção paulista, que teve um impacto relativamente pequeno sobre a cafeicultura com relação à abolição do escravismo, pois a imigração fazia em massa nos anos imediatamente posteriores à Lei Áurea.

“Entre 1887 e 1897, 1.300.000 de imigrantes chegaram ao Brasil. A maioria dos imigrantes foi para São Paulo: 909.417, entre 1887 e 1900 (essa cifra corresponde a 82% do crescimento demográfico do Estado no mesmo período.” (SILVA, 1995, p. 38)

A Tabela 1 indica o número total de imigrantes para o Brasil entre 1884 e 1900, assim como o número que ingressou em São Paulo. A partir de 1888, a parcela destinada à São Paulo superou a de todos os outros Estados.

TABELA 1 – BRASIL E SÃO PAULO: NÚMERO DE IMIGRANTES, 1884-1920

PERÍODO	(I) BRASIL	(II) SÃO PAULO	(II)/(I) (%)
1884/1887	145.880	53.023	36,3
1888/1890	304.054	157.781	51,9
1891/1900	1.129.315	733.335	64,9
1901/1920	1.469.095	857.149	58,3

FONTE: Tabela extraída de GREMAUD *et al*, 1997, p. 46.

Segundo SILVA (1995), foi fundamentalmente graças a essa imigração massiva de trabalhadores de origem europeia que o mercado de trabalho formou-se e desenvolveu-se no Brasil até a década de 1920. E nesse mercado de trabalho, formado pelos trabalhadores imigrados, se abasteceram não somente os fazendeiros de café, mas também os primeiros industriais brasileiros.

Fica claro neste capítulo que sem o fim do regime escravocrata e a mão-de-obra estrangeira, mais especializada que a existente no Brasil, seria praticamente impossível a consolidação da economia cafeeira exportadora. O governo da Província de São Paulo foi de papel extremamente fundamental com relação a contratação de trabalhadores estrangeiros e na realização de algumas obras de infra-estrutura.

3 PRODUÇÃO CAFEEIRA EM SÃO PAULO

Esta parte do trabalho irá tratar o rápido crescimento da produção cafeeira em São Paulo no século XIX e como este se firmou como o maior produtor e exportador deste produto chegando em meio século a mais de sessenta e cinco por cento da produção nacional.

Como as políticas de apoios aos produtores favoreceram e ajudaram no fortalecimento da cultura cafeeira no estado

Este capítulo está dividido em Crescimento Da Produção Cafeeira No Estado De São Paulo e em seguida, as Políticas Governamentais De Apoio À Economia Cafeeira.

3.1 CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO EM SÃO PAULO

Com o rápido crescimento na produção brasileira de café durante todo o século XIX, o café tornou-se um dos principais produtos de exportação, ao lado do açúcar e do algodão.

“De 1849 até 1970, por mais de um século, portanto, o café respondeu por mais de 40% do valor total das exportações brasileiras, chegando, em certos anos, a atingir 80% de seu total.” (GREMAUD *et al*, 1997, p. 45)

Após produção iniciada nos arredores da cidade do Rio de Janeiro, o café adquiriu caráter itinerante com rumo ao Vale do Paraíba, em São Paulo, dirigindo-se, mais tarde, para o interior paulista (Campinas, Rio Claro, Moji Mirim, Ribeirão Preto, Araraquara, Jaú, etc.).

Ao longo dos anos de 1890 nota-se que grande parte do crescimento da produção do café deu-se em território paulista (já que a produção do Rio de Janeiro não cresceu no período) como mostra a tabela 2.

TABELA 2 – BRASIL: PRODUÇÃO TOTAL DE CAFÉ E PARTICIPAÇÃO DE RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO, 1884-1889 (QUANTIDADE EM 1000 SACAS DE 60 KG)

ANO	BRASIL	RIO DE JANEIRO (%)	SÃO PAULO (%)
1884/85	6.206	70,2	29,8
1885/86	5.565	68,6	31,4
1886/87	6.078	65,7	34,3
1887/88	3.033	64,0	36,0
1888/89	6.827	63,6	36,4
1889/90	4.260	61,6	38,4
1890/91	5.358	56,4	43,6
1891/92	7.397	54,4	45,6
1892/93	6.202	52,3	47,7
1893/94	4.309	51,2	48,8
1894/95	6.695	48,1	51,9
1895/96	5.476	47,9	52,1
1896/97	8.680	45,5	54,5
1897/98	10.462	43,7	56,3
1898/99	8.771	40,3	59,7
1899/1900	8.959	39,5	65,5

FONTE: Tabela baseada e extraída de GREMAUD *et al*, 1997, p. 45.

No entanto, São Paulo se firmou como o principal estado produtor, sendo responsável, entre 1900 e 1930, por 60% a 70% do total do café produzido no Brasil.

Além da oferta de mão-de-obra relativamente ampla, devido ao intenso fluxo de imigrantes europeus, em grande parte destinados à lavoura cafeeira, constituía, portanto, importante estímulo para a expansão das fazendas de café no interior paulista, havia também outros fatores favoráveis.

A expansão do crédito, a partir da Reforma Bancária implementada no começo da República, forneceu recursos acessíveis para a formação de novos cafezais, como também, a expansão ferroviária, franqueando novas áreas à exploração cafeeira pela redução do custo de transporte.

A economia cafeeira gerou ampla diversificação econômica, de modo a estimular a expansão de cidades, como São Paulo, com núcleos urbanos pré-existentes poucos expressivos. Em 1872, a população da capital era de 23.000 habitantes, índice claro de seu limitado desenvolvimento (SILVA, 1995).

A atividade comercial, a primeira induzida pela expansão do café, instalou-se principalmente na cidade de Santos. Nos meados do século XIX, importantes casas estrangeiras estabeleceram suas filiais para agilizar suas compras de café, atraindo em seqüência, bancos estrangeiros, tendo em vista as operações financeiras decorrentes do movimento de exportação e importação daquele Porto.

A economia cafeeira gerou um acelerado processo de urbanização da capital do Estado e teve papel relevante nas transformações posteriores rumo à industrialização.

A economia ampliou-se com a construção das estradas de ferro. As dificuldades e o custo do transporte por tropas de mulas estimularam a construção de ferrovias. Com tais transformações, a economia cafeeira pôde contar com diversas empresas nacionais que ocuparam progressivamente o interior paulista. A maior parte dessas empresas formou-se com capitais nacionais, originários da atividade rural ou do comércio. Suas sedes localizaram-se em núcleos urbanos como Jundiaí, Campinas, Rio Claro, Sorocaba, criando novos empregos e estimulando a economia dessas cidades, em particular, a cidade de São Paulo, beneficiada pelo surto ferroviário. Além de ser o centro administrativo provincial, muitos fazendeiros vieram residir na capital.

O grande comércio de importação e os bancos nacionais e estrangeiros passaram a manter na cidade de São Paulo suas matrizes ou agências mais importantes; instalaram-se empresas de serviços urbanos, como água e esgoto, iluminação a gás, transporte por bondes de tração animal e, mais tarde, as primeiras experiências com telefonia e energia elétrica.

Nota-se que a economia cafeeira não se restringiu à atividade rural e ao comércio exportador. Ela gerou o que CANO (1977), chamou de “complexo econômico” ou “completo cafeeiro”, ou seja, um conjunto de atividades que sustentaram o acelerado processo de urbanização de São Paulo, ocorrendo um importante desdobramento da economia cafeeira que teve papel relevante nas transformações rumo à industrialização.

3.2 POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE APOIO À ECONOMIA CAFEEIRA

Ao longo das décadas de 80 e 90 do século XIX, as plantações de café expandiram-se principalmente no oeste paulista. Tal expansão deve-se à imigração e à construção das estradas de ferro e, por outro lado, a facilidade de crédito e incentivos decorrentes da desvalorização cambial, onde esta evitava que a queda dos preços internacionais repercutisse totalmente sobre a lucratividade da cafeicultura. No início do século XX, percebia-se que o mercado já estava saturado e que novas plantações deveriam ser evitadas segundo FURTADO (2001).

Após o agravo da situação de 1905, surgiram pressões, no Convênio de Taubaté de 1906, para que o governo interviesse no mercado, articulando-se o chamado “Plano de Valorização do Café”, com a idéia de estocar o excesso de café no mercado a fim de sustentar os preços. Para que tal idéia tivesse efeito, seriam necessários alguns pressupostos assim resumidos por FURTADO (2001):

- Com o fim de estabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes;
- O financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros;
- O serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em outro sobre cada saca de café exportada;
- A fim de solucionar o problema a mais longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações.

O primeiro esquema de valorização teve de ser posto em prática pelos

estados cafeicultores – liderados por São Paulo – sem o apoio do Governo Federal. Diante da relutância deste último, os governos estaduais apelaram diretamente para o crédito internacional e puseram em marcha o projeto. Essa decisão lhes valeu a vitória sobre os grupos opositores. O Governo Federal teve finalmente que chamar a si a responsabilidade maior na execução da tarefa. O êxito financeiro da experiência veio consolidar a vitória dos cafeicultores que reforçaram o seu poder e por mais um quarto de século – isto é, até 1930 – lograram submeter o governo central aos objetivos de sua política econômica (FURTADO, 2001).

O plano de defesa elaborado pelos cafeicultores fora bem concebido. Sem embargo, deixava em aberto um lado do problema. Mantendo-se firmes os preços, era evidente que os lucros se mantinham elevados. E também era óbvio que os negócios do café continuariam atrativos para os capitais que nele se formavam. Em outras palavras, as inversões nesse setor se manteriam em nível elevado, pressionando cada vez mais sobre a oferta. Dessa forma, a redução artificial da oferta engendrava a expansão dessa mesma oferta, e criava um problema maior para o futuro (FURTADO, 2001).

Esse perigo foi perfeitamente percebido na época. Entretanto, não era fácil contorná-lo. A solução, aparentemente, estaria em evitar que a capacidade produtiva continuasse crescendo, ou que crescesse mais intensivamente como efeito da estabilidade dos preços a um nível elevado. As medidas tomadas nesse sentido foram, porém, infrutíferas. Teria sido necessário que se oferecessem ao empresário outras oportunidades, igualmente lucrativas, de aplicação dos recursos que estavam afluindo continuamente às suas mãos, sob a forma de lucros. Em síntese, a situação era a seguinte: a defesa dos preços proporcionava à cultura do café uma situação privilegiada entre os produtos primários que entravam no comércio internacional. A vantagem relativa que proporcionava esse produto tendia conseqüentemente, a aumentar. Por outro lado, os lucros elevados criavam para o empresário a necessidade de seguir com suas inversões. Tardiamente, tornava-se inevitável que

essas inversões tendessem a encaminhar-se para a própria cultura do café. Dessa forma, o mecanismo de defesa da economia cafeeira era, em última instância, um processo de transferência para o futuro da solução de um problema que se tornaria mais grave.

No primeiro plano o controle sobre novas plantações fazia parte do próprio plano e, efetivamente, houve certo controle sobre a ampliação da produção nacional. Porém, não se podia controlar a produção de outros países, que passou a crescer apesar de intervir pouco. Entretanto, a intervenção do governo forçando a alta dos preços começou a gerar problemas internacionais, notadamente com o governo norte-americano, estes problemas ainda eram pequenos, pois as casas de importação do café dos Estados Unidos estavam envolvidas e também lucravam com o plano.

Durante a guerra, foi necessária outra intervenção do governo no mercado cafeeiro, colocando em prática o “Segundo Plano de Valorização do Café” devido às dificuldades de exportação decorrentes da guerra e novas grandes safras. A estocagem realizou-se com base em emissões monetárias internas, ampliando o descontrole monetário do período. A inflação decorrente das emissões foi o imposto para financiar a estocagem. Novamente, teve-se resultados satisfatórios, mas devido a forma de financiamento, houve um descontrole sobre o crescimento das plantações nacionais (SILVA, 1995).

Entretanto, em 1921, foi necessária outra operação – o “Terceiro Plano de Valorização do Café” – que também contou com recursos externos, porém, menos favoráveis. Contudo, o governo procurou reter os estoques em território nacional, nos portos e nos armazéns localizados no interior, nas estradas de ferro, gerando insatisfação dos importadores de café que perderam o controle dos estoques e viram suas oportunidades de lucros especulativos serem reduzidas. Depois dessa intervenção, os preços reagiram e os estoques puderam novamente ser vendidos (SILVA, 1995).

Em 1924, conduzida por São Paulo, instituiu-se a “defesa permanente” do

café, que por meio de um instituto de defesa, procurou-se limitar a entrada de café no porto de Santos e financiar a manutenção de depósitos de café nos armazéns reguladores situados no interior do Estado. Ao longo da segunda metade da década de 20, os preços do café mantiveram-se relativamente altos, ampliando as plantações e a produção de café brasileira, como também a colombiana e alguns países africanos.

Nas primeiras décadas do século XX, manteve-se a lucratividade da cafeicultura relativamente elevada, mas não se conseguiu estabelecer um controle sobre a ampliação da produção, criando uma situação de superprodução de café e um desequilíbrio no mercado cafeeiro de natureza estrutural, ganhando conotações trágicas na crise dos anos 30, quando, além do excesso de oferta, houve forte retração da demanda segundo citação de CARDOSO DE MELLO:

Não pode permanecer nenhuma dúvida de que a política de defesa do café tenha desempenhado papel fundamental, ao assegurar a remuneração do café a preços internos que puderam, ao menos, cobrir os custos monetários variáveis e o consumo capitalista de grande parte das empresas cafeeiras intramarginais, e, deste modo, sustentando relativamente o nível de operação e renda do segmento urbano do complexo exportador. (CARDOSO DE MELLO, 1998, p. 182)

Não se pode negar, nem mesmo tirar o mérito da economia cafeeira como geradora de capital e divisas para nosso país. Foi por muitos anos a economia cafeeira que gerou os superávits tão necessários a uma economia dependente por quase três séculos da metrópole.

Torna-se difícil chegar a uma conclusão lógica se o sistema da economia-cafeeira era “bom ou ruim”, mas foi esta economia que nos deu a primeira base para uma gênese de industrialização. Indústria de bens de consumo, mas dependente de mão-de-obra e remunerando seus trabalhadores.

4 O SETOR INDUSTRIAL

Esta parte abordará como o setor agro-exportador influenciou os investimentos em São Paulo, como o capital cafeeiro trouxe infra-estrutura e progresso como, estradas de ferro por quase toda região produtora de café, bancos estrangeiros e um mercado assalariado capaz de atender a uma produção industrial nacional.

Este capítulo irá tratar da economia industrial. Na primeira parte, será mostrada a atividade agro-exportadora e como o capital gerado por essa economia passa a ser investido em outros setores. E a segunda parte falará sobre o crescimento do setor industrial de bens de consumo a partir desta economia agro-exportadora.

4.1 ATIVIDADE AGRO-EXPORTADORA

Sem dúvida, a expansão cafeeira juntamente com suas transformações econômicas e sociais citadas no capítulo anterior, respondeu por algumas das mais importantes condições para a industrialização.

O surgimento de uma massa de salários durante a transição do trabalho escravo para o trabalho livre do imigrante europeu, contou com condições que estimularam a produção de manufaturados para o mercado interno. O fim do escravismo propiciara o surgimento de uma massa salarial a ser despendida no mercado e a presença do imigrante trouxera padrões de consumos diferentes daqueles característicos da sociedade escravista.

Com o processo de acumulação de capital na economia cafeeira, os cafeicultores também investiram em estradas de ferro, bancos e empresas comerciais. Portanto, não é estranho que muitos fazendeiros tenham inclusive investido na indústria ou, de modo mais geral, que os recursos gerados na economia cafeeira tenham, em alguma medida, financiado o investimento industrial.

Como na citação abaixo mostra esta relação entre e os investimentos:

O conhecimento da industrialização no Brasil, isto é, das formas particulares da industrialização no Brasil, deve estar, explícita ou implicitamente, apoiado na análise das relações entre o café e a indústria. E a análise correta dessas relações é impossível, se considerarmos café e indústria como elementos opostos. É indispensável reunir café e indústria como partes da acumulação de capital no Brasil, mais precisamente, como partes das novas formas de acumulação cuja formação encontra as suas origens na década de 1880 a 1890. (SILVA, 1995, p. 75)

Todas as transformações que se processaram na economia cafeeira seriam índices do desenvolvimento capitalista no Brasil: expansão do capital comercial nacional, trabalho assalariado, estradas de ferro, mecanização do beneficiamento de café, bancos, urbanização, expressaram uma nova forma de acumulação de capital e, conseqüentemente, lançam as bases para a industrialização. Esta não é vista apenas como a introdução de técnicas modernas na produção manufatureira e sim:

(...) como um processo social, e mais precisamente como o aspecto técnico do desenvolvimento de relações de produções determinadas, como uma forma do desenvolvimento das forças produtivas adequadas a relações de produção determinadas, no caso, as relações de produção capitalistas (...). O desenvolvimento das forças produtivas sob a dominação do capital não é somente desenvolvimento das forças produtivas, é também desenvolvimento das relações sociais capitalistas. (SILVA, 1976, p. 20)

Portanto, a industrialização deve ser vista como a introdução da fábrica na produção, como também, fruto de um processo que envolve as relações sociais capitalistas, essencialmente, o trabalho assalariado e que pressupõe expansão do mercado, divisão do trabalho, acumulação de capital.

Não se pode negar que o café foi o núcleo em torno do qual grande parte da economia brasileira esteve articulada e também o fulcro da política econômica de todo o período.

Desde 1820, ele aparece entre os principais produtos de exportação, ao lado do açúcar e do algodão e por mais de um século, o café respondeu por mais de 40% do valor das exportações brasileiras e, chegando, em certos anos, a atingir 80% de seu total, como nos meados da década de 1880. De 1885 a 1890, o preço internacional do café cresceu rapidamente, aumentando também o valor das exportações. (GREMAUD et al, 1997, p. 45)

Nos anos 1890, os preços internacionais tendiam a se declinar e os preços internos continuaram a elevar-se em função da acentuada desvalorização da moeda brasileira ao longo da década.

Diante da incapacidade do governo brasileiro cumprir seus compromissos da dívida externa, a saída foi negociar por meio de um empréstimo dos banqueiros ingleses, conhecida como operação de *funding-loan*.

Para SILVA (1995, p. 58), o *funding-loan* de 1898, na medida em que é o resultado do fracasso (a longo prazo) da política anterior centrada na inflação e na desvalorização, marca o ponto de partida dessa nova política. Em si mesmo, o *funding-loan* não é mais do que uma solução provisória, um meio de pôr um pouco de ordem nas finanças da nação. Mas, uma vez resolvido esse problema, falta resolver o essencial: o problema da superprodução.

Bem sucedidas as primeiras valorizações, a partir de 1906, admitiu-se que as crises do mercado cafeeiro podiam ser definitivamente superadas pela utilização desse esquema, a ponto de a defesa do café ter-se transformado em atividade permanente. Mas a proibição a novas plantações de café era de difícil implementação ocorrendo, a partir daí, uma enorme ampliação da oferta brasileira, preparando assim a grande crise cafeeira de 1929. Como resultado, o problema da superprodução tendia a tornar-se estrutural, embora seu efeito ficasse oculto, pois a valorização do café impedia o declínio dos preços (SILVA, 1995).

No entanto, é importante ressaltar que a economia cafeeira houve ampla diversificação da atividade econômica, expressa pela urbanização acelerada de alguns núcleos, além de outras produções de grande importância no plano nacional e por serem o núcleo de economias regionais bastante sólidas.

A diversificação da atividade econômica provocada pela expansão cafeeira foi bastante evidente de modo a estimular o crescimento das grandes cidades, consolidando como principais núcleos urbanos.

Os comissários de café, intermediários entre os fazendeiros e os exportadores de café, negociavam o café do fazendeiro com o exportador por uma

comissão, induzindo à atividade comercial, que, conseqüentemente, se associou à atividade financeira. O comércio do café atraiu bancos estrangeiros, tendo em vista as operações financeiras decorrentes do movimento de exportação e importação.

Para SILVA (1995), o desenvolvimento da economia cafeeira não teria sido possível sem as estradas de ferro. As antigas tropas de mula não podiam escoar uma grande produção espalhada por milhares de quilômetros. Com as estradas de ferro as distâncias deixaram de ser obstáculo importante. Todo o interior de São Paulo estava, portanto, apto a ser conquistado pelos “pioneiros” do café.

A primeira estrada de ferro do café foi a Sociedade de Estradas de Ferro Pedro II, organizada pelo Governo do Império. Suas primeiras linhas começaram a funcionar no fim de 1859. Progressivamente ela foi buscar o café no Vale do Paraíba e estendeu-se até o norte de São Paulo e o sudeste de Minas Gerais.

Como em alguns dados confirmados nesta citação de SILVA (1995, p. 50):

Em 1858, a São Paulo Railway Co. Ltda. era organizada na Grã-Bretanha. Ela foi encarregada de construir uma estrada de ferro ligando o planalto de São Paulo ao porto de Santos. Os trabalhos começaram em 1860, e em 1867 a linha principal (Santos – São Paulo) entrava em serviço.

Outras companhias construíram estradas de ferro para, a partir de São Paulo, servir todo o planalto. Essas companhias – entre as quais destacaram-se a Paulista, a Sorocabana e a Mogiana – foram organizadas pelo cafeeiro brasileiro. Seus principais acionistas eram os próprios grandes fazendeiros. No caso da Paulista, os fazendeiros de Campinas, Rio Claro, Limeira e Araras.

O desenvolvimento das estradas de ferro era comandado pelos interesses dos administradores, produtores e comerciantes de café. Seu traçado, por vezes caprichoso e que será necessário corrigir ou suportar penosamente, depende da posição das maiores fazendas e da localização das cidades do café. (SILVA, 1995, p. 51)

Com o rápido desenvolvimento da rede de estradas de ferro brasileira, constitui-se uma infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do capitalismo, em particular na região cafeeira.

Em conseqüência disso, houve certo adensamento econômico na cidade de São Paulo que passou também a centralizar os principais negócios, como o grande comércio de importação e os bancos nacionais e estrangeiros. Instalaram-se

empresas de serviços urbanos, indústrias de grande porte, somando-se ao comércio local ou regional já existentes na cidade.

Como nas empresas ferroviárias, o mesmo pode-se dizer que foram os grandes fazendeiros e/ou comerciantes de café que constituíram os bancos, o grande comércio de importação, das grandes casas comissárias e das empresas de serviços urbanos. Nesse sentido, parece razoável caracterizar um “capital cafeeiro” que seria, a um tempo, agrário, comercial, industrial, bancário. (SILVA, 1995). Parece razoável afirmar que a “face urbana” do capital cafeeiro tende a fortalecer-se ao longo do tempo, diante da atividade puramente agrária.

4.2 CRESCIMENTO DO SETOR INDUSTRIAL

Evidentemente, as exportações de café continuavam a ser o determinante do nível de produto, renda e emprego uma vez que os demais setores se vêem influenciados pelo que ocorre no setor exportador, tendo um papel relevante rumo à industrialização, permitindo caracterizar as principais economias regionais do país.

TABELA 3 – BRASIL: PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS NO VALOR DAS EXPORTAÇÕES, 1889-1929 (EM PORCENTAGENS)

PERÍODO	CAFÉ	AÇÚCAR	CACAU	MATE	FUMO	ALGODÃO	BORRACHA	COURO	OUTROS
1889-1897	67,6	6,5	1,1	1,2	1,7	2,9	11,8	2,4	4,8
1898-1910	52,7	1,9	2,7	2,7	2,8	2,1	25,7	4,2	5,2
1911-1913	61,7	0,3	2,3	3,1	1,9	2,1	20,0	4,2	4,4
1914-1918	47,4	3,9	4,2	3,4	2,8	1,4	12,0	7,5	17,4
1919-1923	58,8	4,7	3,3	2,4	2,6	3,4	3,0	5,3	16,5
1924-1929	72,5	0,4	3,3	2,9	2,0	1,9	2,8	4,5	9,7

FONTE: Tabela extraída de GREMAUD *et al*, 1997, p. 57.

Os dados evidenciam a preponderância do café como produto de exportação. Exceto no período da Primeira Guerra Mundial, o café respondeu por mais de 50% do valor das exportações brasileiras, reafirmando sua importância na

economia nacional.

Esta caracterização que buscou ressaltar a diversidade da produção exportável e a expansão da produção para o mercado interno, foi papel preponderante do café na dinâmica da economia brasileira desse período.

A partir dos anos 40 do século XIX, verificou-se o surgimento de estabelecimentos fabris em várias províncias brasileiras. O registro mais freqüente é de fábricas de tecidos grosseiros para os escravos e para a população pobre. Muitas outras fábricas se instalaram nesse período, como as de chapéus, cervejas e algumas fundições. A agroindústria do açúcar modernizou-se a partir dos anos 1870 (com a introdução das usinas), ao passo que outros ramos mantinham uma estrutura tipicamente artesanal, como o de calçados. (SILVA, 1995)

Além do crescimento do comércio, os investimentos diretos por empresas estrangeiras também influenciaram no desenvolvimento:

O crescimento do comércio e a existência de um mercado mundial exercem importante influência sobre o desenvolvimento dos países atrasados. O comércio, por si só, porém, exerce influência "externa", pois não interfere diretamente nas formas de produção. No entanto, na segunda metade do século XIX, o crescimento do comércio mundial deixou de ser o aspecto principal do desenvolvimento do capitalismo mundial diante da posição dominante que assumiu a exportação nas relações de produção das sociedades a que esses capitais se dirigem: uma estrada de ferro estabelecida por empresa estrangeira, investimentos diretos em serviços urbanos, muitos empréstimos externos foram realizados com a finalidade de apoiar tais serviços. Nesse sentido, acabam também por ter uma influência direta sobre as relações de produção dos países em que se realiza o investimento. No caso do Brasil, empréstimos externos também teriam auxiliado a migração européia, atuando diretamente na mudança das relações de produção. (SILVA, 1995, p. 29-31)

A forma de inserção da economia brasileira na economia mundial conduziu a um processo peculiar de crescimento na indústria: assim como não se reproduziu a revolução do artesanato à manufatura e desta à grande indústria mecanizada, também não se verificou o desenvolvimento simultâneo da produção de bens de consumo e de bens de produção. Por um lado, numa economia exportadora, as oportunidades imediatas de produção industrial aparecem naquelas mercadorias que são importadas e que, em sua maior parte, é constituída por bens de consumo no

período estudado. Por outro lado, a elevada concentração de capitais e as economias de escala na produção dificultam a implantação dessas indústrias em países que iniciam sua industrialização por seus elevados custos comparativamente aos dos países industriais avançados. Porém, o nítido predomínio dos ramos produtores de bens de consumo é uma característica da indústria brasileira na Primeira República. (SILVA, 1995, p. 113)

Entretanto, ainda não se pode considerar a economia brasileira durante a Primeira República como uma economia industrializada. Houve um crescimento significativo neste sentido, ou seja, dentro dos quadros de um país agro exportador, desenvolveu-se uma indústria voltada principalmente para atender ao mercado doméstico.

Segundo GREMAUD *et al* (1997, p. 89), “os primeiros anos de República talvez tenham sido o único período, antes da década de 1930, em que as políticas do governo indicavam algum interesse na promoção do desenvolvimento industrial”.

Há ainda a questão da política financeira chamada de **Encilhamento**, instituída por Rui Barbosa quando ministro da fazenda no período de novembro de 1889 a janeiro de 1891. Esta política era baseada no aumento dos meios circulantes com a criação de bancos emissores, tendo como lastro não libra, mas sim títulos da dívida pública, com o único intuito de financiar empresas industriais segundo a citação de Sandroni (1994):

Com crédito, garantias oficiais e um ambiente psicológico favorável, a Bolsa de Valores de Rio de Janeiro entrou em intensa atividade e a política do ministro foi popularmente identificada com o encilhamento dos cavalos logo antes da largada na pista dos hipódromos, quando a atividade dos apostadores se torna frenética. As ações em alta rápida e constante faziam a fortuna de uma infinidade de especuladores. Surgiram com isso numerosas empresas inexecutáveis e mesmo fictícias. O investimento especulativo na bolsa tornou-se um fim em si mesmo e não o que imaginava Rui Barbosa, esperançoso de ver esse dinheiro empregado de fato em atividades industriais produtivas.

O resultado foi uma desenfreada espiral inflacionária e de falências. Esses efeitos negativos foram politicamente usados pelos inimigos de Barbosa, localizados sobretudo na cafeicultura e nas firmas importadoras, cujos interesses o ministro contrariava. SANDRONI, 1994, p. 116-117)

Segundo Sandroni (1994), Rui Barbosa procurava atender as necessidades do mercado interno, que já contava com grande quantidade de imigrantes e também de escravos libertos. E seu propósito também era o de limitar os benefícios dos cafeicultores, que não pagavam impostos territoriais e eram beneficiados pelo sistema cambial fixo que transferia os prejuízos causados pelas baixas dos preços do café para o conjunto da população.

De qualquer modo fica claro neste capítulo que a expansão cafeeira trouxe muitos benefícios para o Estado de São Paulo, este assim dando um salto à frente do restante do país, houveram políticas de apoio a cultura do café, empréstimos para garantir sua existência mesmo em épocas de crise internacional ou desvalorização da moeda nacional. Mas sem dúvida alguma a industrialização e desenvolvimento de São Paulo não seria possível sem uma cultura forte como a do café.

CONCLUSÃO

A expansão cafeeira foi de extrema relevância na industrialização de base de São Paulo e em seu desenvolvimento avançado com relação a outras regiões do país, desde a sua consolidação como mercadoria de sustentação da economia nacional até a formação de um capital dinheiro para gerar os investimentos.

Suas transformações econômicas e sociais, responderam por algumas das mais importantes condições para a industrialização como a expansão do crédito, a partir da reforma bancária, que possibilitou a formação de novos cafezais, também a expansão de ferrovias, possibilitando a redução dos custos de transportes. A economia cafeeira gerou ampla diversificação econômica, estimulando a expansão de cidades, como São Paulo e outros centros regionais.

O surgimento de uma massa assalariada durante o período de transição da escravatura para o trabalho livre do imigrante europeu, contou com condições que estimularam a produção de manufaturados para o mercado interno, antes praticamente impossível de se concretizar.

Com o processo de acumulação de capital na economia cafeeira, os cafeicultores também investiram em estradas de ferro, bancos, empresas comerciais e indústrias. Em resumo, fica fácil de entender que o capital gerado pela economia cafeeira não foi usado para uma constante expansão desta. Que em alguns anos da República chegou a ser proibido.

A expansão cafeeira e seu excedente de capital, foi sem dúvida um dos maiores fatores responsáveis pela introdução da indústria de base no Brasil, mais precisamente neste trabalho, no estado de São Paulo. Outros fatores houveram como já citados acima, o fim trabalho escravo e a imigração européia, as políticas de defesa da economia cafeeira, os investimentos estrangeiros como no caso das ferrovias, bancos e casas de comércio e exportação, a inserção da economia brasileira na economia mundial e a substituição de importação dos bens de consumo, mas todos estes fatores de uma ligação muito íntima com a expansão cafeeira.

REFERÊNCIAS

GREMAUD, A. *et al.* **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997.

HALL, M. **The origins of mass immigration in Brazil (1871-1914)**. University Microfilm, 1972.

CARDOSO DE MELLO, J. M. C. de. **O Capitalismo Tardio**. 04 ed. São Paulo: Unicamp, 1982.

CARDOSO DE MELLO, J. M. C. de. **O Capitalismo Tardio**. 10 ed. São Paulo: Unicamp, 1998.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SILVA, S. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SILVA, S. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. 8 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1995.

CANO, W. **Raízes Da Concentração Industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1977.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 30 ed. São Paulo: Nacional, 2001.

SANDRONI, P. **Novo Dicionário de Economia**. 4 ed. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.